

Revista Saúde.Com

ISSN 1809-0761

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc>**O PAPEL DO ENFERMEIRO NA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA****THE NURSE'S ROLE IN COMMUNICATION AND ENVIRONMENTAL HEALTH EDUCATION IN PRIMARY CARE****Denise Lima Magalhães¹, Cinoélia Leal de Souza¹, Elaine Santos da Silva²**Centro Universitário Guanambi- UniFG¹, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar²**Resumo****Abstract**

The objective was to identify the actions carried out by nurses in the promotion and education of environmental health in the Family Health Strategy. This is a descriptive qualitative research, carried out in eleven basic health units. Data collection took place from March to August 2017, with 11 nurses, through semi-structured interviews. For data analysis, Bardin's Content Analysis was used. Data analysis resulted in two categories called: "environmental health education carried out in the Family Health Strategy" and "challenges for promoting environmental health in primary care". It was observed that there are few guidelines on environmental health, as well as on the prevention of other environmental diseases besides dengue. As observed, the professionals performed actions focused on the pathology and lack professional training to work in the perspective of disease promotion and prevention. The importance of nurses in promoting environmental health is indispensable, however, it is still necessary to include the environmental theme in nurses' practices, in addition to actions focused on monitoring chronic diseases and health problems in the coverage area.

Keywords: Nurse. Environmental health. Family health strategy. Health education. Prevention of diseases.

Objetivou-se identificar as ações realizadas pelo enfermeiro na promoção e educação em saúde ambiental na Estratégia Saúde da Família. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, realizada em onze unidades básicas de saúde. A coleta de dados ocorreu no período de março a agosto de 2017, com 11 enfermeiras, por meio de entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin. A análise dos dados resultou em duas categorias denominadas: "a educação em saúde ambiental realizada na Estratégia Saúde da Família" e "desafios para a promoção em saúde ambiental na atenção básica". Observou-se que existem poucas orientações sobre a saúde ambiental, bem como em relação a prevenção de outras doenças ambientais além da dengue. Pelo observado, os profissionais realizavam ações focadas na patologia e carecem de capacitação profissional para atuar na perspectiva da promoção e prevenção de doenças. A importância da enfermeira na promoção da saúde ambiental é indispensável, contudo, ainda se faz necessário a inserção da temática ambiental nas práticas das enfermeiras para além de ações focadas no acompanhamento de doenças crônicas e agravos a saúde na área de cobertura.

Palavras-chave: Enfermeiro. Saúde ambiental. Estratégia saúde da família. Educação em saúde. Prevenção de doenças.

Introdução

A Conferência de Alma Ata, em 12 de setembro de 1978, na Rússia, chamou a atenção do mundo para as questões de saúde na Atenção Básica (AB), também chamada de Atenção Primária à Saúde. Nesse momento, foi ressaltada a necessidade de se pensar e agir sobre a promoção da saúde voltada para os povos de todas as nações do planeta. O Brasil, desde então, vendo a importância dessa ação, iniciou, na década de 80, o desenvolvimento de políticas de reestruturação de seu modelo de saúde e, desta forma, a AB começou a receber seus primeiros subsídios^{1,2}.

No âmbito da AB, pode-se destacar a responsabilidade da Estratégia Saúde da Família (ESF) em realizar atividades de saúde tanto individuais e familiares quanto coletivas, que devem envolver, entre outras medidas, ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e recuperação, reabilitação e manutenção da saúde dos usuários de um território definido, por meio do cuidado integrado e gestão qualificada³.

Criada em 1994, a ESF, tornou-se nos últimos anos a estratégia prioritária, com potencial de expandir e consolidar as atividades da AB. Focalizada em trazer à tona o pensamento e comportamento crítico dos profissionais e cidadãos brasileiros. Essa estratégia busca primordialmente a qualidade de vida da população, propiciando discussões que ultrapassem o tradicional modelo médico-curativista para a compreensão de uma abordagem integral da saúde⁴.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017⁵ permitiu estabelecer equipes profissionais, nesse sentido, a ESF é composta por uma equipe multiprofissional formada, dentre outros, por um enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, que possui atribuições que contemplam desde o gerenciamento das atividades de assistência direta para o usuário e comunidade à realização de práticas de natureza educativa, como educação em saúde e educação em saúde ambiental, corroborando, desta forma, a face preventivista da AB por fortalecer a premissa de levar saúde para perto das famílias^{5,6}.

A partir disso, é relevante compreender que os aspectos ligados à saúde possuem uma relação com diferentes condicionantes e determinantes, dentre os quais, o meio ambiente merece atenção especial, o que torna imprescindível resgatar o conhecimento, acerca deste, diante da diversidade existente. Neste contexto, o enfermeiro passou a desempenhar

práticas entre o indivíduo, a família e a comunidade, atuando além da assistência clínica, mas também como um orientador da população. Por este motivo, a profissão é entendida como uma ferramenta que pode potencializar a qualidade da AB⁷.

Partindo desse pressuposto, o objetivo do presente estudo foi identificar as ações realizadas pelo enfermeiro na promoção e educação em saúde ambiental na Estratégia Saúde da Família.

Metodologia

Tratou-se de um estudo de caráter qualitativo descritivo, o qual busca entender o modo de vida do indivíduo ou de determinados grupos, voltando sua atenção para as crenças, valores e costumes intrínsecos a realidade do mesmo⁸, concomitante com o método utilizado na pesquisa descritiva, que se faz possível maior familiaridade com o problema e o aprimoramento de ideias.

A população participante do estudo foi definida por conveniência, sendo entrevistadas 11 Enfermeiras atuantes nas ESFs de um município do sudoeste da Bahia. Os dados foram coletados através de entrevistas individuais, que ocorreram nas unidades de saúde durante o período de março a agosto de 2017.

Para coleta de dados foi realizada uma entrevista individual com cada enfermeira, juntamente com o auxílio de um questionário semiestruturado, flexível ao andamento da entrevista, instrumento este, composto por questões referentes as orientações sobre aspectos ligados a saúde e ao meio ambiente, proteção do meio ambiente, além das orientações de educação em saúde realizada para a população. Cada entrevista teve a duração média de 20 minutos. Ao final desse processo, as entrevistas foram transcritas para posterior análise dos dados.

A análise do conteúdo seguiu os princípios propostos por Bardin (2011)⁹, divididos em três etapas. Primeiramente foi realizada a ordenação dos dados coletados, seguido pela identificação dos profissionais por número e posterior transcrição da entrevista, e por fim, o agrupamento dos resultados por eixos temáticos para facilitar a análise e discussão dos resultados.

Subsequente foram definidas as categorias para análise: a educação em saúde ambiental realizada na Estratégia Saúde da Família e desafios para a promoção em saúde ambiental na atenção básica. E na terceira fase dessa pesquisa foi executado o tratamento dos

dados, utilizando-se da análise minuciosa e divisão segundo o tema principal, para a exposição e discussão dos resultados.

Anterior a coleta, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sanadas as dúvidas dos entrevistados e, após a autorização, iniciada a entrevista assegurando a privacidade dos dados pessoais.

O trabalho seguiu a Resolução 466/2012¹⁰ sobre pesquisa com seres humanos, preservando os direitos dos participantes e garantindo sigilo das identidades. O estudo em questão foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no dia 05 de dezembro do ano 2017, sob o protocolo CAAE: 79882217.8.0000.0055.

Resultados e Discussão

O grupo entrevistado foi composto por 11 enfermeiras, que atuavam na ESF de uma cidade localizada no interior da Bahia. Dessas profissionais, 90,9% eram do sexo feminino com faixa etária entre 20 a 60 anos e sua maioria, correspondendo a 54,5% das entrevistadas trabalhavam há um ano nessa ESF.

O grupo de enfermeiras estudadas apontou que possuem maior contato com a população por meio da assistência direta durante as consultas de enfermagem, nas quais gestantes, puérperas, crianças e pacientes no geral são assistidos. Nesse momento as enfermeiras aproveitavam para realizar observações pertinentes e orientações referentes a saúde para essa população.

Além disso, para o desenvolvimento das ações no território, a enfermeira, como coordenadora da unidade de saúde, realiza um planejamento ordenado juntamente com a equipe multiprofissional, a fim de alcançar a resolução das necessidades apresentadas pela população e percebidas pela equipe durante as visitas domiciliares e assistência de saúde. Essas ações são avaliadas para constatação de sua resolutividade ou não dos problemas da área de atuação.

As profissionais destacaram também que antes das intervenções em saúde, durante ou após essas ações, acontece a realização de oficinas ou palestras para melhor compreensão do assunto pelos demais profissionais da unidade, onde estes possam explicar possíveis intervenções e juntos chegarem em um acordo sobre o melhor a ser realizado em relação a população assistida.

Desta forma, de acordo com os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com as enfermeiras, foram elencadas duas categorias para análise e discussão, sendo elas: a educação em saúde ambiental realizada na Estratégia Saúde da Família; e desafios para a promoção em saúde ambiental na atenção básica.

A educação em saúde ambiental na estratégia saúde da família

Dentre as responsabilidades da ESF destacam-se: acolher, escutar e solucionar a maioria dos problemas de saúde da população, na busca constante pelo fortalecimento do vínculo entre o profissional e usuário, sendo de concordância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como a universalidade, vínculo, humanização, participação social, continuidade do cuidado, entre outros.

Essa proximidade entre usuário e profissional de saúde no território da ESF visa aumentar a corresponsabilidade, e ambos poderão vir a trabalhar juntos e em prol da melhoria de situações que interfiram diretamente na saúde, seja de natureza física, emocional ou em relação ao ambiente ao qual está inserido, e para essa demanda é indicado que a unidade assista de 3.000 a 4.000 pessoas adstritas em sua área de cobertura³.

Apesar da relevância de se discutir como são desenvolvidas as ações dentro da unidade e no território, isso nem sempre é lembrado ou dada a devida importância. Durante a entrevista com as enfermeiras, foram realizadas algumas perguntas que permeavam desde os temas das atividades realizadas na unidade às orientações sobre o meio ambiente destinado a população adstrita.

Em relação à temática, no instrumento de pesquisa para a coleta de dados havia uma pergunta aberta a respeito da ação da equipe em realizar orientações sobre a proteção do meio ambiente, e caso a resposta fosse positiva, solicitaria-se exemplos. Todavia, 45,4% das entrevistadas afirmaram não haver nenhum tipo de orientação.

Dentre as demais respostas, 36,3% das entrevistadas relataram fazer orientações sobre o descarte correto do lixo domiciliar e 18,1% orientavam sobre a higiene corporal e ambiental e doenças relacionadas ao meio ambiente, como se percebe, respectivamente, nas falas:

Enf. 5: “Descarte e coleta seletiva do lixo” (Enfermeira, 2 anos na ESF).

Enf. 3: “Alimentação, cuidados com a higiene ambiental e corporal” **(Enfermeira, 1 ano na ESF).**

Enf. 2: “Doenças relacionadas ao meio ambiente, PSE” **(Enfermeira, mais de 7 anos na ESF).**

Em estudo¹¹ sobre o tema discutido, foi demonstrado que os profissionais participantes assimilavam a relação existente entre saúde e meio ambiente e, além disso reforçavam a ideia de que a salubridade do território interfere na qualidade de vida de toda a comunidade. Ainda segundo os autores, é de extrema importância que os profissionais atuantes na ESF detenham conhecimentos práticos e científicos para o alcançar o êxito das ações de intervenção realizadas a favor da população atendida.

Nessa perspectiva ao analisar as respostas dos participantes do presente estudo, percebeu-se certa insegurança e carência ao exemplificar as orientações realizadas para população sobre a proteção do meio ambiente, além de 45,4% dos profissionais afirmarem que não faziam esse tipo de atividade.

É sabido que as enfermeiras enfrentam as pressões de demandas das mais diversas dentro da comunidade, desde problemas relacionados à família e outros que acabam envolvendo as relações humanas até problemas de ordens sociais, além das responsabilidades de gerenciamento e assistência, inerentes a profissão^{7,11}, o que desvia, na maioria das vezes, a importância e a atenção aos problemas e situações de saúde relacionados ao meio ambiente.

Cabe destacar que a enfermagem é uma profissão que exige equilíbrio emocional e físico para lidar com a população, sobretudo, devido às duplas e/ou múltiplas jornadas de trabalho e ao excesso das atribuições exercidas na AB, onde as funções assistenciais são somadas com as burocráticas e de vigilância constante, o que demanda maior tempo e esforço e, conseqüentemente, produzem sobrecarga e exaustão ao profissional¹².

Constatado isso, uma vez que assuntos sobre o meio ambiente e sua relação com a saúde são insipientes, foi levantada a questão sobre quais eram as orientações e recomendações feitas à comunidade, seja em forma de sala de espera, aconselhamento, palestras ou oficinas.

Das participantes do estudo, somente uma enfermeira, 9%, afirmou realizar recomendações acerca de questões voltadas para o meio ambiente e suas conseqüências.

45,4% das entrevistadas apontaram que suas orientações seguem temáticas relacionadas a morbidades e assistência a gestante e recém-nascidos. As demais, 27,2% relataram seguir as temáticas propostas pelo calendário do Ministério de Saúde (MS) e 18,1% faziam orientações que incluíam, dentre outras, questões alimentares e hábitos saudáveis.

Enf. 10: “Queimadas, descarte correto do lixo” **(Enfermeira, 1 ano na ESF).**

Enf. 3: “Saúde bucal, saúde da mulher, saúde do idoso, saúde da criança” **(Enfermeira, 1 ano na ESF).**

Enf. 8: “Segue o calendário do ministério da saúde” **(Enfermeira, 2 anos na ESF).**

Enf. 9: “Prevenção: nutrição, sedentarismo, de acordo com a demanda” **(Enfermeira, 2 anos na ESF).**

As atividades educativas acompanham a trajetória acadêmica dos enfermeiros e estão intrinsecamente ligadas a essa profissão ao longo do tempo, sendo praticamente impossível desvincular a enfermagem da educação¹³. Todavia, a prática educativa em saúde com a comunidade em si é menos frequente e mais desafiadora perante as inúmeras dificuldades que perpassam essa atuação. Desta forma, tem-se em vista o quão de comprometimento é necessário para a efetividade dessa ação.

Entre outros conceitos, a educação em saúde pressupõe uma combinação de oportunidades que favoreçam a promoção e manutenção da saúde, bem como a prevenção de danos e agravos. Desta forma, não significa apenas a transmissão de conteúdo, como também a adoção de práticas educativas que busquem a autonomia e participação ativa dos sujeitos nas escolhas de sua vida, ou seja, educação em saúde é o pleno exercício de construção da cidadania¹⁴.

Ao tratar de saúde, o meio ambiente é indissociável e de relevância acentuada para uma boa qualidade de vida. A formação em saúde com um olhar nessa perspectiva, portanto, é um caminho a ser inevitavelmente percorrido. Logo, ao passo que a educação em saúde capacita o indivíduo a obter uma melhor qualidade e, conseqüentemente, amplia o processo de participação popular, a educação em saúde ambiental leva-o a ter uma reflexão crítica de sua condição no ambiente ao qual está inserido¹⁵.

Sendo assim, a educação ambiental é um dos mais importantes recursos usados para a construção de uma nova sociedade, ela permite que não só a população, mas também que os

profissionais possam transformar, positivamente, o meio em que vivemos. A inserção de ações permanentes ligadas a temática ambiental pode subsidiar condições de saúde importantes para uma boa qualidade de vida¹⁶.

Como se percebe, no relato das participantes da pesquisa, uma parcela dos profissionais adota o calendário disponibilizado pelo MS, onde há a comemoração de tipos de promoção da saúde em cada mês^{3,17}. Dentre os meses mais conhecidos, bem como suas ações, está o outubro rosa e o novembro azul, que possuem como finalidade a disseminação de informação sobre o câncer de mama, útero e ovários e o câncer de próstata. Nos últimos anos o mês de setembro, simbolizado pela cor amarela vem ganhando destaque, voltando sua campanha para a prevenção do suicídio.

Considera-se pertinente que os profissionais de saúde abordem temas de importância nacional elencadas nas campanhas, no entanto, os problemas locais do território não devem ser preteridos, uma vez que a realidade do local de inserção da ESF deve ser pauta principal das ações e dos serviços de saúde.

Percebe-se que as ESFs ainda realizam e seguem o modelo curativista, no qual há mais atenção na cura/tratamento de agravos e morbidades, dado que diferentes ações poderiam ter também resultados positivos na saúde da população, a exemplo de mais orientações sobre os alimentos, hábitos saudáveis e como estes refletem de forma positiva na saúde¹⁷, e essas ações são refletidas também nas atividades de educação, que são focadas em temas de ordem curativista.

Desafios para a promoção em saúde ambiental na atenção básica

Um dos preceitos do SUS é prestar uma assistência à população a partir do modelo de prevenção e promoção da saúde, na tentativa de determinar ou condicionar o aparecimento de doenças e proteger a população. Desta forma, com o intuito de contribuir para uma melhor qualidade de vida e reduzir os alarmantes índices de morbimortalidade, o governo brasileiro investiu na educação em saúde, como sendo a base das ações desempenhadas na AB³.

Ademais, a organização do trabalho no SUS se destacou a partir de 2003 com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), que assumiu a responsabilidade de desenvolver políticas orientadoras da gestão, formação, qualificação e regulação dos trabalhadores da saúde no Brasil.

Nesse aspecto, o MS constitui o gestor federal desse sistema¹⁸.

Em 20 de agosto de 2007 o MS lançou a portaria nº 1996 GM/MS que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como uma das estratégias do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. As diretrizes dessa política, conforme determinação legal, devem considerar as especificidades regionais, levando em conta as desigualdades, aspectos epidemiológicos, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação em saúde¹⁹.

O enfoque da Educação Permanente em Saúde (EPS) é proporcionar o aprendizado significativo, com práticas que transformem o modo de pensar acrítico em formas verdadeiramente construtivas de conhecimento, embasadas em problemas encontrados no próprio cotidiano do profissional, que considere as experiências vivenciadas, sem deixar de lado o compromisso com a competência técnica necessária²⁰.

Desta forma, percebe-se que os profissionais que atuam na ESF, por serem os agentes promotores de saúde mais próximos à comunidade, devem participar de formações para adquirirem novos conhecimentos que poderão ser aplicados na prática, além de refletir e aprender coletivamente. Portanto, a EPS serve como ferramenta que possibilita mudanças no processo de trabalho, de grande valia para a melhoria da qualidade da assistência prestada ao indivíduo, à família e à comunidade²¹.

Assim, a enfermeira como gerenciadora e responsável pela equipe de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde, deve se apropriar desta ferramenta para subsidiar suas ações de educação em saúde. Nesse ínterim, é de extrema importância para a finalidade da ESF que ocorram momentos de educação e de capacitação aos funcionários, para que estes repassem estas informações para a população²².

Referente a estas formações, a assistência à saúde pressupõe práticas de promoção à saúde por meio de intervenções que chamem a atenção da população e levem à adoção de comportamentos saudáveis. Partindo desse pressuposto, a educação em saúde ambiental se torna uma estratégia de trabalho pertinente, desde que, inove-se na forma de articulação, não sendo linear ou vertical, mas sim dialogada, levando em consideração as necessidades, saberes e anseios da população adstrita²³.

Fatores como a condição de moradia e de saneamento, meio socioambiental, nível econômico, educacional e morbidades interferem diretamente na saúde dos indivíduos e da coletividade. Tais características determinam o desenrolar do processo de saúde-doença e, por conseguinte, ao fazer uso dos conhecimentos prévios é possível intervir para anular e/ou minimizar os riscos e agravos decorrentes do meio²⁴.

O vínculo existente entre saúde e meio ambiente é de grande notoriedade, deste modo, deve ser discutido e trabalhado pela AB, indagando-se sempre sobre a interação existente entre o indivíduo e as condições do meio ao qual está inserido, principalmente quando este favorece o acometimento de enfermidades²⁰. Se torna imprescindível, então, que os profissionais proponham ações associadas aos fatores de risco ambiental existentes no território de atuação, de modo a eliminar ou ao menos diminuí-los.

Durante o momento da entrevista, uma das questões levantadas foi à educação em saúde ambiental, onde questionou-se aos profissionais de saúde a realização, por eles próprios, de educação em saúde nos domicílios, através de visitas domiciliares, e em forma de mutirão para prevenção da dengue e demais doenças ambientais e, caso afirmassem positivo, ocorria a solicitação de exemplos dessas orientações. 63,6% das entrevistadas relataram fazer educação em saúde abordando questões referentes a água e lixo.

Enf. 11: “Acúmulo de lixo e água parada” (Enfermeira, 1 ano na ESF).

Enf. 4: “Acúmulo de água em recipientes” (Enfermeira, 1 ano na ESF).

Enf. 2: “Cuidado com os quintais e descarte correto do lixo” (Enfermeira, mais de 7 anos na ESF).

Como se constata nas falas dos profissionais, 27,2% não realizam orientações de educação em saúde ambiental, realizam somente quando necessário ou em época de chuvas na região. Os outros 9% seguem os programas disponíveis na unidade de saúde.

Enf. 6: “Em períodos chuvosos” (Enfermeiro, mais de 7 anos na ESF).

Enf. 8: “Quando necessário” (Enfermeira, 2 anos na ESF).

Quando se trata de doenças, a prevenção é a melhor opção no âmbito da saúde, além do não adoecimento ser

incomparavelmente melhor para o indivíduo do que o tratamento e reabilitação, é positivo, também, para o Estado que não arca com gastos relacionados a internações, tratamentos e restabelecimento das condições físicas e emocionais dos indivíduos, que se tornam muito mais dispendiosos do que a prevenção²⁵.

Visto isso, vale salientar que os fatores ambientais possuem interações que vão desde o cunho físico, químico, biológico, cultural, social e especialmente econômico, além de alterações climáticas, fatores que implicam na vida de todos os seres, logo, percebe-se que a compreensão dessas relações é extremamente importante para o equilíbrio das atividades entre meio ambiente e saúde⁶.

Os primórdios dos problemas de cunho ambiental estão relacionados ao desenvolvimento socioeconômico com produção excessiva de produtos poluentes tanto do solo, água e do ar. No Brasil os problemas de poluição ambiental se tornam cada vez mais corriqueiros, atingindo até as regiões mais interiores do país, com ações de degradação geradas pelo lixo, queimadas e desmatamento²⁶.

Os avanços tecnológicos e econômicos desenfreados levam a degradação, cada vez mais severa do planeta, acarretando no aumento das doenças crônico-degenerativas relacionadas ao meio ambiente, hábitos de vida e nível socioeconômico da população. Nestas condições, torna-se conveniente capacitar os profissionais, para que possam orientar a população, com qualidade, sobre a prevenção de doenças e da relação entre meio ambiente e saúde²⁷.

Uma questão não relacionada pelas entrevistadas no estudo foi acerca da água como transmissora de doenças parasitárias e não apenas como reservatório para desenvolvimento do mosquito transmissor da dengue, *Aedes aegypti*. As populações mais carentes, com difícil acesso ao saneamento básico e à educação, tornam-se mais vulneráveis às infecções, uma vez que a transmissão dos parasitos está diretamente relacionada com as condições de vida e hábitos de higiene²⁸.

A água contaminada está ligada à transmissão de doenças como cólera, disenteria, hepatite A e febre tifoide, entre outras. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 361 mil crianças com menos de cinco anos morrem todos os anos devido a doenças como diarreia²⁹.

Outro aspecto notório refere-se ao relato da segunda parcela de enfermeiras, quando afirmaram que a educação em saúde ambiental não é realizada rotineiramente e, se realizadas, somente perante a necessidade ou

em períodos onde as doenças tenham maiores índices epidemiológicos.

Essa postura remete ao modelo curativista, que atua tão somente no momento em que os problemas de saúde já estão instalados no território, vindo de encontro aos preceitos estabelecidos para este nível de atenção, que preconiza, acima de tudo, a promoção e prevenção de doenças e agravos a saúde humana³⁰.

Nesta perspectiva, o despreparo dos profissionais de saúde compõe um dos fatores que impedem a aplicabilidade do SUS e seus princípios da AB, sendo consequência de uma formação acadêmica alicerçada na reprodução de modelos de ensino conservadores, inerentes ao modelo curativista, e centrados em hospitais universitários³¹.

Destaca-se que a dengue é considerada uma doença infecciosa febril aguda, epidêmica e de grandes proporções, causada pela picada da fêmea dos mosquitos do gênero *Aedes*, principalmente o *Aedes aegypti*. Atualmente é uma doença que atinge todos os estados brasileiros, sendo a arbovirose com maior incidência durante o verão, período onde a água das chuvas acumula-se em recipientes e propicia um ambiente ideal para a deposição dos ovos e desenvolvimento do mosquito³².

Todavia, apesar da incidência aumentar no período de chuvas, as atividades de conscientização e educação devem ser realizadas o ano todo, a fim de atingir o maior número de pessoas. As campanhas educativas institucionais têm sido feitas através de órgãos públicos da área da saúde desde 1985, com o objetivo de educar a população sobre o combate aos vetores, as medidas preventivas das doenças e a enfermeira, nesse cenário, exercem papel de elo entre as ações de combate ao mosquito e a população do seu território³³.

Outro ponto importante a se destacar são os problemas de saúde relacionados a qualidade do ar, condição não citada pelas entrevistadas. A poluição do ar por fumaça das queimadas, combustão de combustíveis fósseis, entre outros, são grandes problemas da atualidade.

Ações de maiores proporções como queimadas de lixo, matas e aumento da frota de veículos favorecem a poluição atmosférica. Partindo dessa perspectiva, os principais problemas gerados são o aquecimento global, desenvolvimento de doenças respiratórias, chuva ácida, intensificação do efeito estufa, aceleração e mudanças climáticas. Todavia ações de menor alcance, como o tabagismo, afetam ao usuário e

pessoas de seu convívio, favorecendo o adoecimento de ambos³⁴.

Diante deste cenário, é válido ressaltar que a origem das doenças respiratórias que afetam, principalmente, crianças e idosos, podem ser infecciosas e alérgicas. As condições do ambiente como tipo de domicílio, exposição à fumaça de cigarro e aglomerações em pequenos espaços, são fatores propensos para desenvolver estas doenças. As infecções de origem viral causam, frequentemente, a hospitalização da criança nos primeiros dois anos de vida²⁰. Sendo assim, uma maneira de buscar soluções para a problemática da poluição ambiental é por meio da criação de propostas de educação em saúde ambiental.

No momento seguinte da entrevista, foi indagado, as participantes sobre a participação das mesmas em algum curso ou capacitação sobre os impactos ambientais na saúde, caso a resposta fosse positiva, solicitaríamos exemplos destes cursos. No entanto, 100% das enfermeiras afirmaram nunca ter participado de capacitações voltadas para essa temática.

Fato este, que leva a entender os possíveis motivos das respostas para o último questionamento do estudo, onde perguntou-se as integrantes do estudo quais eram as barreiras ambientais da sua área de atuação. No presente estudo, considerou-se como barreiras ambientais aquelas que estão associadas ao acesso à saúde, levando-se em conta os fatores aqui citados e que o meio ambiente é um fator determinante para a saúde. Contudo 63,6% responderam não saber o que são barreiras ambientais.

Enf. 7: "Não sei quais são as barreiras ambientais do meu território" (Enfermeira, 1 ano na ESF).

Outra parte das componentes, 36,3%, responderam com exemplos de barreiras ambientais em seu território, como exposto nas falas:

Enf. 2: "Lajedo, acidentes geográficos" (Enfermeira, mais de 7 anos na ESF).

Enf. 6: "Distância" (Enfermeiro, mais de 7 anos na ESF).

Enf. 9: "Esgoto a céu aberto" (Enfermeira, 2 anos na ESF).

As barreiras ambientais se constituem num esboço complexo que envolve diversos fatores, dentre eles a infraestrutura, configuração geográfica, as necessidades ambientais, as necessidades das pessoas, o acesso dificultado à bens e serviços básicos,

como saúde, educação, saneamento e demais condições que afetam a saúde e bem-estar da população³⁵.

É de suma importância que os profissionais percebem as barreiras ambientais existentes, principalmente num território de trabalho definido, como na ESF, pois conhecendo a fundo a área de atuação é possível agir sobre os problemas locais que interferem no acesso aos serviços de saúde. Essa problemática é evidente e, até mesmo prejudicial, quando o enfermeiro não conhece e entende quais são as barreiras ambientais na área em que atua³⁶.

Nesse sentido, o trabalho de forma intersectorial, com visão holística integradora e multidisciplinar é a melhor forma de desenvolver as atividades de enfermagem da AB, por meio de estratégias de promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos¹¹. É pertinente que existam atividades de caráter multidisciplinar dentro do trabalho da equipe de saúde e que as mesmas sejam contextualizadas com às reais situações dos problemas ambientais locais da comunidade, na qual a assistência é prestada, podendo melhorar a qualidade de vida e saúde por meio da promoção da saúde de forma efetiva.

No tocante as capacitações, estas podem ser realizadas em formas de palestras, cursos, oficinas de capacitação, educação permanente ou educação continuada, buscando definir quais são as dúvidas ou dificuldades que as enfermeiras encontram ao debater sobre assuntos como os mencionados acima.

Nessa perspectiva, na Atenção Primária à Saúde é possível criar estratégias e iniciativas que exijam um olhar integral sobre o ambiente em suas dimensões, desde físicas, socioculturais, biopsicossociais, nas quais estão inseridos os indivíduos e suas famílias. Com isso, essas ações devem ser realizadas pela equipe multiprofissional em um contexto amplo e integrado da assistência, com o objetivo de diminuir os impactos causados ao ambiente por meio do estímulo à sensibilização da comunidade do entorno das unidades³⁷.

Considerações finais

As questões de saúde possuem relação direta com os determinantes e condicionantes de saúde, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente, devido a relevância dessa problemática. O presente estudo buscou levantar discussões acerca do papel da enfermeira na promoção e educação ambiental em saúde.

É notório que a ESF está inserida na sociedade para ter uma relação direta com a comunidade, e para isso suas funções devem perpassar por diversos aspectos das dinâmicas sociais. Assim é fundamental que haja orientações sobre a proteção ambiental, assim como são necessárias práticas que favoreçam tanto a saúde quanto o meio ambiente.

O presente estudo mostrou que, a importância das enfermeiras na promoção da saúde ambiental é inquestionável, no entanto, ainda se faz necessário a inserção da problemática ambiental nas práticas desenvolvidas dentro da ESF, indo além de ações focadas na cura, tratamento e acompanhamento de doenças crônicas na área adstrita.

Cabe ressaltar, atualmente os problemas ambientais afetam cada vez mais esse equilíbrio humano de várias formas, o que leva a riscos e agravos à saúde pública. Sendo assim, faz-se necessário resgatar a educação em saúde e educação ambiental no contexto da ESF, além da mobilização social como ferramenta positiva para uma transformação social efetiva.

Ademais, existe a necessidade de novas pesquisas na área em questão e que, para o setor saúde, a formação e capacitação profissional é uma das questões de grande carência, o que deve levantar discussões e estudos que possam melhorar as ações realizadas na AB, bem como, a capacitação dos profissionais que atuam na área, a fim de promover mais conhecimento prático e científico diante da diversidade, melhorando respectivamente as ações realizadas na Atenção Primária à Saúde.

Quanto às limitações deste estudo, deve-se considerar alguns pontos de interpretação, a impossibilidade de generalização dos dados e a necessidade de ouvir as enfermeiras sobre outras questões que interferem no processo de promoção da saúde ambiental. Desta forma, os resultados reiteram a importância da continuidade de pesquisas sobre esta temática.

Referências

1. Giovanella L, Franco CM, Almeida PF. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos?. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020; 25(4):1475-1482. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>.
2. Alma-Ata. Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Alma Ata, Cazaquistão;

- 1978:6-12. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaração_alma_ata.pdf.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília (DF), 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
4. Giovanella L, Franco CM, Almeida PF. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos?. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020;25(4):1475-1482. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>
5. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*; 2017.
6. Dias GL, Camponogara S, Costa VZ, Cezar-Vaz MR, Weiller TH, Cardoso LS. Representações sociais sobre saúde e meio ambiente para equipes de Estratégia Saúde da Família. *Saúde e Sociedade*. 2018; 27(1):163-174. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902018170658>.
7. Chaves APL, Führ T, Hallam JM, Bender JM. Atenção Primária em saúde ambiental no sistema único de saúde e problemas ambientais locais: o caso de São José do sul-RS, Brasil. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*. 2017; 6(3):612-633. Doi: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v6e32017612-633>.
8. Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13. Ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2015: 520p.
9. BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União* nº 12 – quinta-feira, 13 de junho de 2013 – Seção 1 – Página 59.
10. Bardin L. *Análise de conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições 70; 2015:288p.
11. Dias JAA, David HMSL, Acioli A, Santos RS, Santos FPA. O pensamento crítico como competência para as práticas do enfermeiro na estratégia saúde da família. *Rev. enferm. UERJ*. 2018; 26(e30505):1-5. Doi: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.30505>.
12. Albuquerque GA, Nunes JFC, Belém JM, Leite MF, Quirino GS. Dupla jornada de trabalho: implicações na saúde da enfermeira. *Rev. Enferm. UFPE online*. 2016; 10(9): p. 3401-10. Doi: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v10i9a11422p3401-3410-2016>.
13. Ribeiro CRB, Sabóia VM. Educação popular em saúde com pescadores: uma experiência fora da “zona de conforto” da enfermeira. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*. 2015; 7(3): 2846-2852. Doi: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2015.v7i3.2846-2852>.
14. Martins I. Educação em Ciências e Educação em Saúde: breves apontamentos sobre histórias, práticas e possibilidades de articulação. *Ciênc. Educ.* 2019; 25(2):269-275. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320190020001>.
15. Souza CL, Andrade CS, Silva ES. A discussão sobre meio ambiente na formação do enfermeiro. *Rev. enferm. UERJ*. 2017; 25(e16574):1-6. Doi: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2017.16574>.
16. Eloy GR, Santos ACMR, Caetano GL, Perdigão M, Gontijo HM. Horta ecológica e compostagem como educação ambiental desenvolvida na Fundação Crê-Ser em João Monlevade/MG. *Res., Soc. Dev. Minas Gerais*. 2019; 8(2):01-17. Doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i2.763>.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. *Cadernos de Atenção Básica* nº 36. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Departamento de Gestão e Educação na Saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde. Brasília, 2003. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pol_formacao_desenv.pdf.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf.
20. Santos DAS, Silva MS, Tabosa IEFN, Mardine BC. Extensão Universitária: saúde ambiental nas unidades de Estratégia de Saúde

- da Família de Rondonópolis-MT. Revista de Extensão da UNIVASF. 2018; 6(2):018-036. URL: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/894>.
21. Leonello VM, Vieira MPM, Duarte TCR. Competências para ação educativa de enfermeiras da estratégia de saúde da família. Rev. Bras Enferm [Internet]. 2018; 71(3):1136-42. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0390>.
22. Bomfim ES, Oliveira BG, Rosa RS. et al. Educação permanente no cotidiano das equipes de saúde da família: utopia, intenção ou realidade? Rev. fundam. care. Online, 2017; 9(2):526-535. Doi: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.526-535>.
23. Brusamarelo E, Brusamarelo D, Santos JLF, Pereira JCSS. Porque saúde ambiental também é uma questão de educação. Rev. Interdisciplinar Cadernos Cajuína. 2018; 3(1):100-114. URL: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/download/190/143>.
24. Lopes AFA, Neto MB. Saúde, Meio Ambiente e indicadores RIPSAs: Uma revisão de literatura. Braz. J. Anim. Environ. Res. 2020; 3(3):1337-1352. URL: <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/5562/form19191423.pdf>.
25. Madeira FB, Filgueira DA, Bosi MLM, Nogueira JAD. Estilos de vida, hábitos e promoção da saúde: algumas aproximações. Saúde sociedade. 2018; 27(1):106-115. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170520>.
26. Alencar NM, Costa MCB, Holanda OQ, Oliveira VA, Barros MSVSM, Alencar JVR, Amaral AR, Santos NM. A saúde ambiental e a sua influência na qualidade de vida: uma revisão integrativa. Braz. J. of Develop. 2020; 6(6):33093-33105. Doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-021>.
27. Ribeiro JLC, Macêdo ALB, Ramos HKG, Ramos PR. Estimulando a prevenção de doenças infectocontagiosas através da saúde ambiental. Revista de Extensão da Univasf. 2015; 5 (3):184-187. URL: <http://www.periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewArticle/657>.
28. Valadão JVF, Santos LR, Valadão LF, Sousa CR, Leal TAR, Nissan IN, Marques JP, Gonçalves LLI. The correlation of filtered water consumption and the prevalence of parasitosis in Jequitinhonha – MG. Brazilian Journal of Health Review. 2021;4(4):17529-17541. Doi: 10.34119/bjhrv4n4-243.
29. UNIFEC. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene. Geneva: World Health Organization. 2017. Disponível em: <https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2017/launch-version-report-jmp-water-sanitation-hygiene.pdf?ua=1>. Acesso em 26 de set. 2019.
30. Peres CRFB, Marin MJS, Soriano ECI, Ferreira MLSM. A dialectical view of curriculum changes in nursing training. Rev Esc Enferm USP. 2018;52:e03397. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017038003397>
31. Hino P, Horta ALM, Gamba MA, Taminato M, Fernandes H, Sala DCP. Integrality in the perspective of collective health: pathways for the formation of the nurse. Rev Bras Enferm. 2019;72(4):1119-23. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0443>
32. Soares APMR, Alves PHP, Martins IC, Barreto LC, Carvalho FO. Prognóstico da incidência de casos de dengue na cidade de Salvador – Bahia, utilizando a transformada wavelet discreta em conjunção com redes neurais artificiais. Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente. 2018; 6(3):53-62. Doi: <https://doi.org/10.17564/2316-3798.2018v6n3p53-62>.
33. Santos RJLL, Sousa EP, Araújo EMM, Fonseca SH, Rodrigues GMM, Araujo JAF. O processo de enfermagem no cuidado da dengue. Braz. J. Hea. Rev., 2019;2(2):6,1078-1085. URL: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/1303>.
34. Mori MS, Cabús RS, Freitas SRS. Sequência didática sobre educação ambiental: uma abordagem metodológica alternativa para o ensino sobre a poluição atmosférica. Cadernos de Educação. 2016; 15(31):59-70. Doi: <https://doi.org/10.15603/1679-8104/ce.v15n31p59-70>.
35. Silva ELP, Machado DQ, Leopoldino CB, Farias PPM. Barreiras e ações para a sustentabilidade ambiental: um estudo de caso no IBAMA/CE. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo. 2018; 3(4):51-89. URL: <http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/158>.
36. Virgens AC, Prates JL, Marques GP, Souza CL, Silva ES, Vianna ACD, Paudarco LS. A poluição como impacto ambiental na saúde pública sob o olhar dos enfermeiros da atenção primária. Atas de Saúde Ambiental. 2019;7(1):42-60. URL: <https://revistaseletronicas.fmu.br>.
37. Santos DA, Silva MS, Azevedo JVV. A saúde e o meio ambiente na visão do enfermeiro

na atenção primária à saúde. InterfacEHS. 2015;10(2):95-107.

URL:

https://www.sp.senac.br/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2015/12/156_InterfacEHS_artigo_revisado.pdf .

Endereço para Correspondência

Denise Lima Magalhães

Fazenda Alagadiço, nº 10 -

Riacho de Santana/BA, Brasil

CEP: 46470-000

E-mail: denisemagalhaes0605@hotmail.com

Recebido em 18/06/2021

Aprovado em 03/10/2022

Publicado em 12/10/2022